

Actualizado a 30/04/2015, 12:31 São Filipe, 30 Abr (Inforpress) – A reabilitação e ampliação das 110 moradias construídas em Achada Furna e Monte Grande em 1995 para albergar as famílias de Chã das Caldeiras vão custar 304 mil contos e estarão concluídas no prazo máximo de oito meses. Aquando do levantamento efectuado no início da erupção vulcânica de 23 de Novembro de 2014, a equipa técnica estimou em cerca de mil contos para a reabilitação de cada uma das casas, montante que mais do que duplicou. A reabilitação e ampliação das 110 casas, 70 casas de Monte Grande e 40 em Achada Furna, custam respectivamente 193 mil e 111 mil contos, incluindo o imposto, sendo que o custo médio por cada casa é de 2.775 contos. O prazo para a execução das obras é de oito meses para Monte Grande e seis meses para Achada Furna e as empresas Monte Adriano e Armando Cunha comprometeram-se a cumprir o prazo estipulado. O primeiro-ministro, José Maria Neves, que presidiu a cerimónia de celebração do contrato de projecto de empreitada, disse que este é início das obras e que, nos próximos tempos, serão anunciados, após a reunião do Gabinete de Reconstrução do Fogo (GRF), nomeadamente do seu Conselho de Aconselhamento, será definido o local para o novo assentamento e para a adegua definitiva. Informou que, nos próximos dias, vai-se celebrar contrato do género para a construção da adegua provisória e as actividades geradoras de rendimento, já que a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) já disponibilizou os 200 mil dólares (cerca de 20 mil contos). Dado o volume de investimento na reabilitação das casas e, questionado se o novo assentamento será apenas para as famílias que não possuem casas em Monte Grande e Achada Furna, o chefe do Governo respondeu que isso será decidido em função do local do assentamento, acrescentando que, se for em Achada Furna, por exemplo, não há necessidade de construir casas para todas as famílias. Indicou que as famílias têm posse das casas e têm o direito sobre elas, podendo, no futuro, servir para outros rendimentos, anotando que estas questões vão ser discutidas no Conselho de Aconselhamento do Gabinete de Reconstrução do Fogo, integrada pelas câmaras, representantes da população de Chã e os vários ministérios. O novo assentamento, conforme o primeiro-ministro, será definido nos próximos dias após a reunião do Conselho de Aconselhamento, indicando que no novo inquérito realizado na sequência do fórum, a maioria das famílias de Chã escolheu Achada Furna, mas antes de tomar uma decisão é necessário ter em conta os riscos, a questão dos transportes, educação saúde, a inserção social, entre outros aspectos. Com relação ao regresso à Chã das Caldeiras, José Maria Neves disse que já pediu ao GRF para avaliar a situação, afirmando que, em princípio, as pessoas não devem construir mas podem deslocar normalmente e reabilitar as poucas casas e morar, a título provisório, até a definição do novo assentamento. “Chã pode ter estruturas provisórias como restaurante, hotéis que podem ser retirados rapidamente em caso de catástrofe”, indicou José Maria Neves que vai deslocar ainda hoje à localidade. Ainda relacionado com a reabilitação das casas, o presidente do Conselho Executivo do Gabinete de Reconstrução do Fogo (GRF), António Nascimento, disse que as empresas são obrigadas a contratar pessoas de Chã das Caldeiras ou da ilha do Fogo e a usar os materiais doados por Angola e que, para tal, uma comissão será criada por definir a venda mediante o preço do mercado. Para satisfazer as reivindicações das câmaras municipais, António Nascimento informou que um dos dois vogais que integram o conselho directivo do GRF vai residir na ilha do Fogo e será uma pessoa dinâmica e conhecedora da realidade da ilha para facilitar o trabalho. JR Inforpress/Fim